

O processo de Bolonha: Será que a revolução se aproxima?

(Para ANFUP, 12Set05)

Desde 1998 que os ministros europeus responsáveis pelo Ensino Superior se vêm reunindo de dois em dois anos e produzindo grandes declarações da sua vontade comum de modernizar os seus sistemas nacionais e de criar o que chamaram um Espaço Europeu de Ensino Superior. Países como a França, a Itália e a Alemanha tinham motivações políticas próprias anteriores a 1998 e rapidamente introduziram grandes reformas que estão a alterar radicalmente a estrutura curricular dos cursos oferecidos por todas as suas instituições. A França foi pioneira na introdução de um sistema que inicialmente chamaram 3+2+3 e que agora conhecem como L-M-D para *Licence-Master-Doctorat*. Com esta reforma, todas as universidades foram levadas a reconverter os seus antigos cursos que tinham uma organização muito difícil de entender por um estrangeiro. Um jovem de 18 anos que hoje entra numa universidade francesa faz uma *Licence* de perfil bastante amplo, podendo depois optar entre sair para o mundo do trabalho ou continuar a estudar num *Master* de dois anos, ainda que haja condicionantes qualitativas (nota mínima) ou quantitativas (*numerus clausus*) para ser autorizado a concluir o *Master*. A passagem posterior ao doutoramento é bastante selectiva (e este tem a duração típica de três anos). Com este modelo, o ensino universitário francês foi muito simplificado na sua organização, embora haja uma correspondência muito próxima com o anterior sistema de graus e diplomas. De facto todos os títulos anteriores foram mantidos intactos, ainda que sem o valor de um grau académico. Simultaneamente, está a ser feito um grande esforço de modernização dos métodos de aprendizagem e de organização das instituições. A maioria dos países da Europa tem seguido caminhos próximos deste, embora com variações importantes.

O que terá animado um processo político iniciado timidamente por 4 ministros em 1998 (e logo confirmado por 25 em Bolonha no ano seguinte) a cobrir já hoje quase toda a Europa até Vladivostoque? As razões iniciais foram de eficácia, de eficiência e de transparência académica mas também de competitividade internacional e de adaptação organizacional à massificação do acesso que se deu nos últimos decénios. Na generalidade dos países europeus chega hoje à universidade cerca de 50% dos jovens enquanto que há 50 anos esta percentagem não chegava aos 10%. Não pode ser a mesma universidade a servir públicos tão diferentes. Depois, há uma enorme preocupação com a qualidade, preocupação que saiu da penumbra dos milenares pátios académicos. Pela primeira vez na história, a Europa deixou de ser a região academicamente mais atractiva e há hoje mais jovens europeus a irem aos EEUU fazer parte da sua educação superior do que jovens americanos a virem à Europa. Há 50 anos não era assim! Se a Europa quiser conservar o seu lugar, um lugar no mundo, algo terá de mudar. Muitos governos estão a fazer grandes esforços para desencadear e gerir esta mudança. A União Europeia, mesmo sem competências na área educativa, tem acompanhado o processo e concebeu a chamada Estratégia de Lisboa que depende muito do desempenho do sistema educativo.

Portugal assistiu a um processo de expansão paralelo, ainda que um pouco mais tardio. Em relação à maioria dos outros países europeus, fez um esforço de actualização e de melhoria da qualidade notável. Desde a década de 1960 que formou no estrangeiro várias gerações de jovens docentes-investigadores que permitem à universidade portuguesa uma posição digna na paisagem europeia. Tem de ser dito que esta é uma situação inédita em toda a nossa longa história. O efeito do ouro brasileiro com D. João

V e depois com a reforma pombalina da universidade teve efeitos muito efémeros e terminou com as guerras napoleónicas e a guerra civil subsequente. As políticas tímidas dos inícios da segunda metade do século XX, foram enormemente reforçadas pelo ouro de Bruxelas dos últimos 20 anos mudaram o interior da nossa universidade embora não tenham ainda abalado as suas baias organizativas de 1976. Será que vamos acompanhar o processo de Bolonha?

Depois de Marçal Grilo ter assinado (com algumas reservas) a declaração de Bolonha, já vários ministros ocuparam a cadeira da tutela do Superior. Todos se foram com os estudos que encomendaram. Finalmente, Mariano Gago conseguiu ver aprovada uma alteração à Lei de Bases da educação (publicada a 14 de Agosto) que define um modelo de organização dos graus académicos compatível com Bolonha: Um primeiro ciclo de 3 a 4 anos e um segundo ciclo de 1 a 2 anos, seguidos do doutoramento. O que muda? A nova licenciatura tanto poderá assemelhar-se ao extinto bacharelato como poderá manter o perfil das actuais licenciaturas de 4 anos (Ciências, Letras, etc.) O novo mestrado não irá em muitos casos além da antiga licenciatura (engenharias, medicina, farmácia, arquitectura, veterinária), mas também poderá ser uma compressão do actual noutros casos. Em qualquer caso nada será como dantes, nem a licenciatura nem o mestrado manterão o valor actual. Serão diferentes e há um grande trabalho a fazer para que não apareçam simplesmente como versões reduzidas e simplificadas (desvalorizadas) dos anteriores.

Mas todo este discurso envolve ministros e leis. E as pessoas que papel terão, os responsáveis académicos, os professores e os funcionários? A intenção do processo de Bolonha é a de transformar o ensino superior e isso exige muito mais do que nova legislação. Exige dos professores um enorme esforço de reconstrução dos cursos, das disciplinas e, mais importante, do processo de aprendizagem dos alunos. Mas o papel dos funcionários não docentes também está a mudar. Por toda a Europa assiste-se a um enorme reforço da capacidade organizativa das universidades, a uma enorme revalorização das suas estruturas funcionais. O desafio para todo o pessoal não docente está aí. A ANFUP é o primeiro sinal da vontade de responder!

José Ferreira Gomes
12 Setembro 2005